

AS QUATRO DIMENSÕES QUE NORTEIAM O PPP – PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO: DIMENSÃO ADMINISTRATIVA, PEDAGÓGICA,
POLÍTICA/FINANCEIRA E JURÍDICA.

ELAINE PEREIRA DE SOUZA KAZIMA

MARIA DE FÁTIMA VALEIRO

RESUMO: Este artigo apresenta concepções sobre a dimensão administrativa, pedagógica, política / financeira e jurídica da escola, contextualizando a gestão democrática da educação aos mecanismos legais. Utilizando a aplicação da política da universalização do ensino para estabelecimentos de prioridades educacionais a democratização do ingresso e a permanência do aluno na escola, assim como a garantia da qualidade social da educação veiculada ao Projeto Político Pedagógico da Instituição.

PALAVRAS-CHAVE: Dimensão Administrativa, Pedagógica, Política / Financeira e Jurídica e Projeto Político Pedagógico.

INTRODUÇÃO

Na acepção etimológica, o vocábulo “projeto” vem do latim “projectu”, participio passado do verbo “projicere”, que tem a significação de lançar para adiante. Ao edificarmos o projeto da escola, temos a finalidade de realizar, abarcando o possível. É prever um tempo futuro diferente do presente. Para Gadotti (1994, p.579 apud VEIGA, 1995, p.12):

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam-se visíveis, os campos de ação possíveis, comprometendo seus atores e autores. (apud VEIGA, 1995, p. 12).

O projeto político-pedagógico não é um agrupamento de atividades diversas ou algo que depois de construído é encaminhado às autoridades e depois arquivado. Na realidade é um instrumento que traduz a busca pela formação da cidadania, na tentativa de reorganizar o espaço escolar, através de um maior envolvimento da comunidade escolar na construção de uma escola de qualidade com participação coletiva e a mesma não está dissociada do contexto histórico-social, econômico e social.

O presente documento pretende ressaltar a reflexão sobre questões da Dimensão Administrativa, Pedagógica, Política / Financeira e Jurídica do Projeto Político Pedagógico. A análise deu ênfase às dimensões nos seus quatro eixos do PPP (Projeto Político Pedagógico) com vista a apresentá-las, exigindo não só uma reflexão quanto ao papel da escola frente ao desafio de garantir o direito de Educação de qualidade para seus alunos, quanto a estruturação de ações que possam garantir isso.

No início do século XXI, o aceleramento dos avanços da tecnologia, a globalização do capital e as transformações nas relações de trabalho, como a perda dos direitos sociais, trouxeram transformações para as políticas e gestão e de regulação da Educação no Brasil. Estas modificações intervêm na organização da escola e nos papéis dos diversos atores sociais que constroem seu cotidiano.

Interpretar esse procedimento e a legislação, bem como fortalecer a reflexão e as deliberações coletivas na instituição escolar, é um novo desafio que se coloca para toda a comunidade escolar, para todos os educadores que desenvolvendo suas atividades na escola pública.

A democratização da escola sugere o repensar a sua organização e gestão, por meio da articulação e consolidação de outros mecanismos de participação. Nesse cenário, é primordial garantir, no processo de democratização, a construção coletiva do projeto pedagógico, a consolidação dos conselhos escolares e dos grêmios estudantis, sala do educador, entre outros mecanismos. Isso quer dizer que a cultura e a lógica organizacional da escola só se democratizarão se todos que vivenciam seu cotidiano contribuírem para esse processo de mudança. Pois todos são educadores, desde o técnico de infraestrutura ao diretor.

Portanto é de suma importância a compreensão de que a construção da gestão escolar é sempre processual. Sendo, então, uma luta política e pedagógica, para se impor, é necessário envolver toda comunidade escolar: pais, funcionários, estudantes, professores, equipe gestora e comunidade local, pois todos são educadores.

Para que ocorra a Gestão democrática deve acontecer a compreensão da administração escolar, focalizando a reunião de esforços coletivos para complemento dos fins da educação, assim como a compreensão e aceitação do princípio de que a educação é um processo de emancipação humana; que o Projeto Político pedagógico (PPP) deve ser elaborado através de construção coletiva e que além da formação deve haver o fortalecimento do Conselho Escolar.

O projeto político pedagógico vem sendo construído e propondo novos caminhos, para uma escola diferente. Todas as questões que envolvem o fazer pedagógico e as suas relações com o currículo, conhecimento e com a função social da escola, obriga a um pensar e uma reflexão contínua de todos os envolvidos neste processo. Que Escola queremos construir? Que conhecimentos nossos alunos precisarão ter para de fato, exercer a sua cidadania, nesta sociedade tão cheia de conflitos? Conflitos estes que estão presentes no espaço escolar, nas relações pessoais, no confronto das idéias, e também no surgimento de novas concepções, das dúvidas e da necessidade do diálogo entre os discentes (comunidade escolar).

Tais situações são apresentadas no Projeto Político Pedagógico da escola nas linhas e nas entrelinhas de cada parágrafo, resgatando o aspecto histórico de como cada momento foi sendo produzido e construído. Pois o documento mostra resultado de um esforço conjunto dos profissionais da educação da Unidade Escolar com o objetivo de respaldar as ações administrativas e pedagógicas no âmbito da Instituição de Ensino.

Há a consciência, por parte dos educadores e da Comunidade Escolar da Unidade de Ensino de que representam apenas um germe de projeto político pedagógico e se encontra aberto a todo e qualquer tipo de sugestão e encaminhamentos.

O Projeto Político Pedagógico das Escolas é pautado em grandes reflexões sobre qual é a finalidade da escola. Este documento orienta a prática de criar-produzir uma realidade refletida a partir das ações executadas por toda comunidade escolar, já que a sua construção deve ter o apoio de todos educadores como: professores, funcionários, pais e alunos. São imprescindíveis que nessas ações estejam contempladas as metodologias adequadas para atender as necessidades sociais e individuais dos educandos em diferentes níveis.

Segundo Libaneo (2004) Projeto Político Pedagógico é o documento que detalha objetiva diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar.

Construir um Projeto Político Pedagógico significa enfrentar o desafio da transformação da escola tanto na dimensão pedagógica, administrativa e dimensão política.

Todos os envolvidos na construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) têm seu espaço garantido e suas atribuições. Os educadores são responsáveis diretos pela mobilização da escola e da comunidade para a construção da proposta. Os alunos são o núcleo de preocupação da escola, os pais e a comunidade devem participar efetivamente das decisões financeiras e sobre as características do cidadão que se quer formar, enfim todos são importantes na construção deste documento para assegurar uma gestão democrática e uma participação coletiva capaz de aproximar a realidade dos educandos e de toda a escola de forma democrática, legitimada por aqueles que fazem da escola um espaço vivo e atuante.

O Projeto Político Pedagógico envolve a composição dos documentos: Proposta Pedagógica, Regimento Escolar, Planos de Ação da Escola, o Plano de Trabalho Docente, os Parâmetros Curriculares Nacionais e Referenciais Curricular de Educação Infantil.

O Projeto Político Pedagógico busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, como sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo Projeto Pedagógico da Escola é também um Projeto Político por está intimamente articulado ao compromisso sócio-político com os interesses reais e coletivos da população majoritária (Veiga, 1995).

Assim, o Projeto Político Pedagógico permite a escola quebrar a rotina que às vezes se instala reorganizando o seu saber, alteando as relações pessoais de conhecimentos teóricos e práticos constituindo experiências concretas de educação.

O Projeto Político Pedagógico é elaborado e articulado a partir da contribuição da comunidade escolar, constituem instrumento de prática coletiva, comprometida através da reflexão, as ações necessárias à construção de uma realidade. É antes de tudo, um trabalho que exige comprometimento de todos os envolvidos no processo educativo: professores, funcionários, alunos e a comunidade escolar como um todo.

O Projeto Político-Pedagógico da escola, enquanto diretriz basilar do projeto educativo que a escola quer programar, se torna um aliado fundamental na autonomia financeira da instituição, pois, quando pensado coletivamente, contando com a participação e a aprovação do conselho escolar, ganha força diante da comunidade e do sistema de ensino. Como os conselhos têm caráter deliberativo e é o órgão fundamental da escola, enquanto núcleo de gestão, a sua participação na construção do PPP é fundamental.

A construção de um Projeto Político-Pedagógico traz à tona questões ligadas à gestão escolar, englobando as questões pedagógicas, administrativas e financeiras. Esse processo deve ser fruto de discussões e deliberações feitas por parte dos diferentes membros da comunidade escolar. Portanto, para a consolidação de um projeto interdisciplinar e globalizador, a escola necessita desenvolver formas democráticas de organização, gestão e funcionamento escolar, dando atenção à melhoria dos processos formativos, à utilização transparente dos recursos e à melhoria das relações de trabalho em seu interior. Desse modo, é necessária a programação de ações colegiadas articuladas a situações em que o aprender a pensar não se dissocie do executar e, portanto, da efetivação de um Projeto Político-Pedagógico consistente.

A Unidade de Ensino busca realizar suas atividades contemplando eixos importantes, entre eles, podemos citar: Dimensão Administrativa, Pedagógica, Política / Financeira e Jurídica do Projeto Político Pedagógico:

O eixo Administrativo diz respeito à organização da escola como um todo e nele tem destaque à figura do diretor como agente promotor de um modelo de gestão que envolve não apenas aqueles que convivem com ele na escola, como também a comunidade e o próprio sistema educacional no qual a escola está inserida.

Autonomia administrativa, relativa à escola poder elaborar seus projetos de gestão... autonomia jurídica relacionada a escola, construir suas próprias regulações e orientações (...), autonomia financeira, onde a escola possa administrar seus recursos financeiros para conseguir seu bom funcionamento (...) e autonomia pedagógica que concerne a liberdade de a própria escola buscar mecanismos facilitadores para elaboração de suas propostas pedagógicas em consonância com sua realidade (PASSOS, 2001, pp.16, 17, 18).

Como também já foi assinalado anteriormente, o eixo Administrativo diz respeito à organização da escola como um todo, envolvendo as formas de gestão de pessoal e de recursos que garantam os meios para que o trabalho pedagógico se realize com êxito.

OBJETIVO ESPECÍFICO: Planejar, acompanhar e avaliar a execução dos recursos financeiros da escola, levando em consideração as necessidades da escola e os planos de ação da gestão pública.

META: Utilizar os recursos financeiros da escola para atender as necessidades da escola.

JUSTIFICATIVA: A escola é um sistema de administração pública com princípios que regem a administração pública. A gestão, junto com os membros da UEX precisa seguir princípios de legalidade, moralidade e impessoalidade. Os recursos devem ser planejados, elaborando orçamento e fazendo a prestação de contas em consonância com as necessidades do Projeto Político-Pedagógico, transformando propostas em realidades.

Elencamos o eixo Administrativo através de um quadro demonstrativo:

ACÇÃO	FUNÇÃO	PERÍODO
Elaborar orçamentos nos quais serão definidos os gastos com a escola.	Conselho da UEX	No decorrer do ano.
Praticar os atos relativos aos gastos de acordo com as normas de gastos da SEDUC e da licitação existente.	Presidente do Conselho	No decorrer do ano.
Registrar todas as operações realizadas, além de manter todas a documentação à disposição de organismos responsáveis.	Diretor Conselho da UEX	No decorrer do ano.
Divulgar com transparência a prestação de contas em mural na escola.	Diretor Conselho da UEX	No decorrer do ano.
Apresentar as contas em tempo hábil ao Conselho da UEX e aos órgãos responsáveis pelo controle externo.		No decorrer do ano.

Equipe Gestora

Segundo Neves, várias dimensões compõem o eixo administrativo:

a) Forma de Gestão: refere-se ao estilo do administrador; aos mecanismos que adota para possibilitar a efetiva participação de todas as áreas da escola no planejamento e na administração; a definição de valores socioculturais que fundamentem e direcionem o trabalho escolar; o conhecimento da realidade e a democratização da informação no âmbito da própria escola.

b) Controles normativo-burocráticos: podem ser internos (estabelecidos pela própria escola) ou externos e apontam que sistemas são estabelecidos para compatibilizar

políticas e conteúdos curriculares à realidade da escola, destinar professores e técnicos, estabelecer indicadores de desempenho dos alunos e de qualidade d trabalho escolar.

c) Racionalidade Interna: é a forma como a escola organiza seus recursos para alcançar os resultados a que se propôs. Nesse aspecto, são indicadores dessa racionalidade: a escola saber definir seus objetivos; a existência de um Projeto Político Pedagógico que norteie a ação; e uma avaliação interna sistemática estendida a todo o trabalho escolar para aferir resultados e propor mudanças de percurso.

d) Administração de Pessoal: refere-se à possibilidade de escolher as pessoas que se integrem à filosofia de trabalho da escola. Administração de Material: refere-se ao gerenciamento de recursos para consertos, compra de material, reformas, merenda, dentre outros.

e) Racionalidade Externa: define o nível de participação de pais e comunidade no planejamento, administração e avaliação da escola.

O Eixo Pedagógico diz respeito às ações voltadas para a melhoria da qualidade de ensino e está estreitamente ligado à identidade da escola, à sua missão social, à clientela e aos resultados obtidos. Nesse sentido, de posse do diagnóstico da escola, a comunidade escolar pode partir da análise da função social da escola para ter como ponto de chegada à escola que quer construir, ou seja, iniciar a discussão analisando para que serve a escola e em que medida ela está cumprindo a sua finalidade social. Só então poderá ficar claro o que é necessário mudar, para, finalmente, trabalhar por isso.

O PPP é um documento que propõe uma direção política e pedagógica para o trabalho escolar, formula metas, prevê ações, institui procedimentos e instrumentos de ação. Veiga acrescenta ainda que:

A importância desses princípios está em garantir sua operacionalização nas

estruturas escolares, pois uma coisa é estar no papel, na legislação, na proposta, no currículo, e outra é estar ocorrendo na dinâmica interna da escola, no real, no concreto. (1991, p.82).

Abrange os seguintes aspectos:

a) Poder decisório visando à melhoria do ensino-aprendizagem: refere-se a medidas pedagógicas para reduzir a evasão e a repetência. Isso envolve definir conteúdos curriculares, produzir ou usar material didático diferenciado, desenvolver tecnologia educacional, oferecer atividades extracurriculares voltadas para o ensino e a cultura.

b) Adoção de critérios próprios de organização da vida escolar: diz respeito ao estabelecimento de calendário anual, horário, oferta de merenda, transporte escolar e de material escolar e uniforme aos alunos carentes.

c) Pessoal Docente: refere-se às ações desenvolvidas para a melhoria da qualidade do pessoal docente, que tem relação direta com os resultados pedagógicos da escola.

Dentre as principais ações estão: atualização dos professores, aquisição de materiais para consulta e enriquecimento das atividades e de infraestrutura de apoio à sala de aula.

d) Acordos e parcerias de cooperação técnica: podem ser firmadas com outras escolas da rede ou particulares, faculdades, universidades, empresas, organizações não governamentais, dentre outras. São ações que visam o enriquecimento da ação educativa e exigem criatividade, iniciativa e capacidade de negociação.

. **Elencamos o eixo Pedagógico através de um quadro demonstrativo:**

AÇÃO	FUNÇÃO	PERÍODO
à melhoria do ensino-aprendizagem	Equipe Gestora	Durante todo o ano letivo.
	Educador de Apoio	
Adoção de critérios próprios de organização da vida escolar: diz respeito ao estabelecimento de calendário anual, horário, oferta de merenda, transporte escolar e de material escolar e uniforme aos alunos carentes.	Equipe Gestora	Durante todo o ano letivo.
	Educador de Apoio	
Pessoal Docente: refere-se às ações desenvolvidas para a melhoria da qualidade do pessoal docente, que tem relação direta com os resultados pedagógicos da escola.	Equipe Gestora	Durante todo o ano letivo
	Educador de Apoio	
Acordos e parcerias de cooperação técnica: podem ser firmadas com outras escolas da rede ou particulares, faculdades, universidades, empresas, organizações não governamentais, dentre outras.	Equipe Gestora	Durante todo o ano letivo
	Educador de Apoio	

O eixo Financeiro trata da gestão dos recursos patrimoniais e da aplicação feita dos recursos financeiros repassados pelo sistema educacional, dentro de uma perspectiva de transparência na prestação de contas. Os recursos financeiros são oriundos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) que tem por finalidade auxiliar em caráter suplementar. Seu objetivo é de prestar assistência financeira visando a melhora da infraestrutura, o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático e a elevação dos índices de desempenho da educação básica.

Engloba três vertentes:

a) Dependência Financeira: examina em que medida a escola depende do órgão central e define os critérios de contribuição e arrecadação de recursos através da APM.

b) Controle e prestação de contas: refere-se à definição da forma como é feito o controle de recursos arrecadados pela APM; os critérios e as prioridades para a aplicação dos recursos; e a forma e os instrumentos para prestação de contas.

c) Captação de recursos: significam atrair recursos financeiros através de acordos e convênios com comércio, empresas, instituições governamentais e não governamentais (NEVES, 1995, p. 102-106).

Elencamos o eixo Financeiro através de um quadro demonstrativo:

AÇÃO	FUNÇÃO	PERÍODO
Examina em que medida a escola depende do órgão central e define os critérios de contribuição e arrecadação de recursos.	Equipe Gestora Educador de Apoio	Durante todo o ano letivo.
Controle e prestação de contas: refere-se à definição da forma como é feito o controle de recursos arrecadados; os critérios e as prioridades para a aplicação dos recursos; e a forma e os instrumentos para prestação de contas	Equipe Gestora	Durante todo o ano letivo.
Captação de recursos: significam atrair recursos financeiros através de acordos e convênios com comércio, empresas, instituições governamentais e não governamentais	Equipe Gestora	Durante todo o ano letivo

Eixo Jurídico esta relacionado com a escola, no ato de construir suas próprias regulações e orientações.

PLANOS DE AÇÕES JURÍDICAS

OBJETIVO ESPECÍFICO: Promover o conhecimento e compreensão da Legislação Educacional, do Regimento da Escola e normas legais que orientam os direitos e deveres dos professores, equipe gestora, funcionários, pais e estudantes.

META: Garantir aos membros da comunidade escolar o conhecimento de seus direitos e deveres no que diz respeito às normas que regem a escola e comunidade.

JUSTIFICATIVA: É importante conhecer a legislação para utilizá-las em diversas situações. Há momentos que deveres não são cumpridos e direitos não são respeitados. Para tal, precisamos ter conhecimentos das normas para podermos exercer a cidadania, lutarmos pelos nossos direitos e cumprirmos nossas obrigações.

Elencamos o eixo Jurídico através de um quadro demonstrativo:

AÇÃO	FUNÇÃO	PERÍODO
Disponibilizar documentos à comunidade escolar sempre que solicitado.	Equipe Gestora Educador de Apoio	Durante todo o ano letivo.
Aplicar a legislação regente às ocorrências vivenciadas na escola.	Equipe Gestora	Durante todo o ano letivo.
Sempre que necessário ajustar o regimento escolar e do Grêmio Estudantil para atender às necessidades da escola.	Educador de Apoio	Julho e Novembro

O Projeto Político Pedagógico configura-se como um princípio norteador essencial, posto que sirva como um parâmetro para se constatar os avanços feitos e os retrocessos a serem superados, constituindo-se assim, como um contrato entre a escola e a sociedade, um instrumento de ação que assegura a gestão democrática propiciando em sua estruturação a participação de todos que compõem a unidade educativa. Sobre o PPP Veiga (2004) ressalta:

O projeto pedagógico aponta um rumo, uma direção, um sentido explícito para um compromisso estabelecido coletivamente. O projeto pedagógico, ao se constituir em processo participativo de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado da burocracia e permitindo as relações horizontais no interior da escola (VEIGA, 2004, p.38).

Quando a escola se organiza a partir de princípios democráticos ela legitima uma educação também democrática, ao possibilitar que todos que a compõe estejam inseridos nesse contexto participando e atuando criticamente em busca de um futuro melhor.

Portanto, como bem afirma Gadotti “O Projeto Político Pedagógico da escola está hoje inserido num cenário marcado pela diversidade, e cada escola é resultado de um processo de desenvolvimento de suas próprias contradições. Não existem duas escolas iguais”. (1998 p.16).

REFERÊNCIA

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n ° 9394/1996

FERREIRA. Nayria Carapeto. **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios.** 3ª Ed. - São Paulo: Cortez. 2001.

GADOTTI, Moacir; Romão, José Eustáquio; (Orgs) **Guia da Escola Cidadã-** Instituto Paulo Freire. Cortez: 1997.

LIBÂNEO, J.C. *Organização e Gestão da Escola – teoria e prática*. Editora do Autor, Goiânia, 2000.

NEVES, Carmem Moreira de C. autonomia da escola pública: um enfoque operacional. In: VEIGA, Ilma Passos A. (Org) **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas, SP; Papirus, 15ª Edição, 2002.

P.P.P. Projeto Político Pedagógico - Escola Nair Duarte (2009 a 2011)

PASSOS, Veiga Ilma de A. (Org). A perspectiva para reflexão em torno do projeto Político–Pedagógico. In: VEIGA, Passos A. e REZENDES (Orgs). *Escola: Espaço de construção do Projeto Político Pedagógico*. Campinas SP; Papirus, 5ª ed. 2001., pp.16, 17, 18.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org) **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas SP: Papirus, 1995.